

45 Ata da 55ª Reunião Ordinária do CoACE foi aprovada por unanimidade. 2.2 Apresentação dos
46 encaminhamentos da reunião do FONAPRACE Sudeste e dos preparativos para a reunião do
47 FONAPRACE nacional: Sr. Djalma disse que o FONAPRACE é o Fórum Nacional que reúne Pró-
48 Reitores(as) de Assuntos Comunitários e Estudantis, criado em 1987 e vinculado à ANDIFES –
49 Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior, seus objetivos são:
50 debate e formulação de políticas e diretrizes básicas que permitam a articulação e o fornecimento
51 das ações comuns na área de assuntos comunitários e estudantis, em nível regional e nacional;
52 assessorar permanentemente a ANDIFES no que tange os debates e proposições de ações junto ao
53 Ministério da Educação (MEC) relacionados aos assuntos comunitários e estudantis; participar
54 ativamente na defesa da educação pública, gratuita, com qualidade acadêmica e científica e
55 comprometida com a sociedade que a mantém; promover e apoiar estudos e pesquisas na área de
56 sua competência; realizar congressos, conferências, seminários e eventos assemelhados. Sr. Djalma
57 disse que é comum a cada dois ou três anos o FONAPRACE emitir um relatório pormenorizado
58 sobre o perfil socioeconômico, cultural e étnico-racial do conjunto de estudantes do Brasil; hoje
59 possuem o material lançado em 2019 que compilou essas informações e indicadores e que apontou
60 a importância da manutenção das políticas públicas de assistência e permanência estudantil para a
61 continuação do processo de democratização do ensino superior. Sr. Djalma explicou que o
62 FONAPRACE Nacional reúne os cinco FONAPRACE Regionais, já o FONAPRACE Regional
63 Sudeste reúne 21 IFES e sempre antes do FONAPRACE Nacional há as reuniões dos
64 FONAPRACE Regionais para que se possa entender as perspectivas das diferentes regiões do país e
65 compilar uma demanda junto ao documento base para se negociar e tentar ações junto ao MEC; nas
66 reuniões regionais há os grupos de trabalho já consolidados no âmbito do FONAPRACE,
67 distribuídos em quatro áreas: Apoio e Acompanhamento, Assistência Prioritária, Inclusão e
68 diversidade e Prevenção e Promoção; apesar de serem quatro eixos que orientam o debate, existe
69 bastante interface entre eles. Sr. Djalma trouxe uma síntese do que foi discutido em cada um desses
70 grupos na reunião do FONAPRACE Regional Sudeste, que ocorreu no início de outubro: o GT de
71 Apoio e Acompanhamento visa perspectivas que ajudem as IFES a pensarem estratégias e ações de
72 apoio constante a estudantes em situação de vulnerabilidade e seu acompanhamento acadêmico, de
73 saúde e de assistência social; foi debatido pelo grupo na reunião a importância de se construir e
74 aprimorar os Conselhos que discutam os assuntos comunitários e estudantis de forma participativa;
75 além da importância de se ter sistemas informacionais que ajudem na gestão da assistência
76 estudantil e da vida acadêmica dos(as) estudantes; foi discutido também a importância dos trabalhos
77 multidisciplinares e da participação das coordenações de curso; uma questão que transpassou todos
78 os grupos de trabalho foi a Inclusão Digital, identificando sua importância nesse momento de
79 pandemia em que a vida se reorganizou no sistema remoto e o quanto isso tem bastante falhas e por
80 isso a importância de aprimorar esse caminho e principalmente cobrar do MEC a manutenção e o
81 aprimoramento do Projeto Alunos Conectados, esse é um projeto que se extingue em dezembro,
82 mas que estão tentando transformá-lo em uma política pública e aprimorá-lo, isso será pauta no
83 FONAPRACE Nacional e espera-se que representantes do MEC e da RNP participem da reunião
84 para que as Instituições possam apontar a necessidade da manutenção e do aprimoramento dessa
85 política e não sua descontinuidade. O GT de Assistência Prioritária foca nas questões de orçamento,
86 se existe um orçamento que não permite que seja feita uma política de assistência estudantil
87 universalizada é preciso focar em grupos prioritários, e o que foi alarmado no grupo e que será
88 levado ao MEC é a insustentabilidade de manter políticas de permanência estudantil dentro de uma
89 lógica de cortes sistemáticos do orçamento, que se soma a uma política econômica atrelada ao
90 desastre da política sanitária do combate à pandemia que tem acarretado no maior empobrecimento
91 da sociedade brasileira, com mais da metade da população em situação de insegurança alimentar e
92 vinte milhões de pessoas passando fome; isso será reforçado e levado para que se possa fazer a
93 recomposição do orçamento da assistência estudantil que está também no bojo do debate que a
94 ANDIFES tem feito da recomposição do orçamento da IFES, em um momento que já se inicia as
95 discussões para o Projeto de Lei Orçamentária Anual da União (PLOA); também nesse cenário de
96 bastante incerteza de transição de um ensino remoto para o presencial que precisará de ajustes, foi

97 levantado se haverá a manutenção de alguns serviços e ações de forma remota, outros de forma
98 híbrida e alguns presenciais, tudo isso de uma forma inicial em relação a planejamento; foi
99 levantado que essa é uma questão que irá demandar uma organização das IFES e que acima de tudo
100 demandará recursos, pois muito provavelmente haverá situações em que precisará espaçar horário
101 de utilização dos restaurantes, ter menos pessoas dentro da sala de aula, o que implica na
102 necessidade de mais momentos e mais espaços, sendo então reforçado que a garantia de um retorno
103 seguro exige um orçamento para que isso ocorra; foi reforçada também a importância de se manter
104 encontros sistemáticos e uma cultura de troca de informação e experiências entre as IFES para que
105 possam ser compartilhadas boas práticas que possam ser adaptadas para a realidade de cada uma,
106 além de manter atualizadas as informações, dado o cenário que estamos de mudanças muito rápidas
107 em situação da pandemia, que acarreta ações que precisam ser realizadas. O GT de Inclusão e
108 diversidade pontuou a importância de se construir, junto com os setores que trabalham com a
109 formação docente, caminhos para que compreendam e colaborem com os processos de inclusão e
110 acessibilidade de estudantes com deficiência e que promovam a participação desses estudantes na
111 vida cotidiana da Universidade; além da necessidade dos cuidados e atenção com esse grupo nesse
112 momento de pandemia; essa preocupação foi trazida ao CoACE e transformou-se na ação de
113 viabilizar por meio do Edital do CRIE, indicado no início da reunião, que oferta auxílios de inclusão
114 e acessibilidade à estudantes com deficiência; foi apontado ainda que até o meio do ano que vem a
115 Lei 12.711/2012 que reserva vagas para estudantes do ensino público, que se autodeclarem pretos,
116 pardos e indígenas, com deficiência e de baixa renda será debatida no Congresso para verificar a
117 continuidade, manutenção e aprimoramento desta lei, sobre este debate previsto na lei; há um
118 cenário incerto para as metodologias que serão adotadas para orientar esse debate e uma
119 insegurança diante desse Congresso, o que faz com que seja preciso somar esforços em todos os
120 espaços para que se consiga a manutenção da lei e seu aprimoramento; têm sido feitas mobilizações
121 junto ao Congresso e nas comissões de trabalho tem se conseguido postergar a avaliação dessa lei,
122 pois se entende que estamos vivendo uma situação em que a lei se torna mais imprescindível ainda.
123 O GT de Prevenção e Promoção trabalha na perspectiva de se fazer ações de prevenção de situações
124 que canalizam para evasão, algum tipo de sofrimento e maior situação de vulnerabilidade, além da
125 promoção de qualidade de vida e saúde mental; foi colocada a importância de se fazer uma
126 avaliação do que foi positivo nas atividades remotas e a viabilidade de manutenção de ações que
127 foram avaliadas coletivamente de forma positiva; outro ponto levantado foi que cada Universidade
128 construa uma Política de Saúde Mental e coloque-a em execução. Sr. Djalma esclareceu que esses
129 Grupos de Trabalho são constituídos de profissionais que atuam na assistência estudantil e por
130 estudantes e que posteriormente é realizada uma reunião com os(as) Pró-Reitores(as), na qual se
131 estabelece também algumas estratégias de atuação para serem levadas ao FONAPRACE Nacional
132 para construção de um planejamento de ações junto ao MEC; nessa reunião entre os(as) Pró-
133 Reitores(as) foram levantados os seguintes pontos: a) Liberação de 100% do valor destinado ao
134 PNAES, sem contingenciamento, para 2022 para todas as IFES; isso porque no início do ano de
135 2021 esse recurso foi contingenciado e liberado aos poucos, tanto que se chegou a uma situação em
136 maio na UFSCar de não se ter o recurso e a demora para sua liberação para a realização do
137 pagamento das bolsas, essa incerteza do repasse afetou muitas Universidades e a metodologia do
138 repasse do recurso para as Instituições faz com que todo início de mês não se saiba se haverá
139 recurso ou não. b) Verba de capital na receita do PNAES; no passado o PNAES permitia
140 investimento de capital para compra de equipamentos, construção e reformas; essa verba na
141 UFSCar é importante principalmente para as questões da moradia estudantil e os RUs; essa verba
142 deixou de existir e todo o recurso PNAES passou a ser destinado para custeio, sobretudo de bolsas
143 determinadas no decreto do PNAES para estudantes de graduação presencial. c) Ampliação do
144 orçamento do PNAES para o atendimento de demandas agravadas em razão da pandemia,
145 principalmente pelo aumento significativo de valores nos insumos e serviços na área de alimentação
146 (Restaurante Universitário) e também pela necessidade de reajustes dos auxílios existentes, para
147 permitir um planejamento e execução de um retorno seguro, ao mesmo tempo em que dê conta do
148 cenário de uma conjuntura política e econômica de maior empobrecimento da população e de uma

149 inflação que tem refletido nos Restaurantes Universitários; a grande maioria das empresas
150 terceirizadas que faziam a gestão dos Restaurantes Universitários, das Universidades como um
151 todo, faliu, e essa falência fez com que muitas Universidades precisassem fechar os restaurantes e
152 optarem pelo pagamento de auxílio para que os estudantes custeassem sua alimentação; na UFSCar
153 a empresa que geria o RU de São Carlos faliu, mas foi possível que a empresa que fazia a gestão do
154 RU de Araras assumisse também o RU de São Carlos. d) Intensificar o apoio pedagógico, o
155 acolhimento psicológico, o acompanhamento pelo serviço social e as atividades de orientação
156 estudantil durante a transição entre a forma remota e presencial e híbrida. e) Ampliação da política
157 de inclusão digital e que seja uma política permanente do MEC para acolher demandas da
158 graduação e pós-graduação, ampliando não só nos termos de qualidade técnica, chips que cheguem
159 mais rápido e com maior capacidade, mas também infraestrutura e equipamentos. f) Reavaliação da
160 política de preços dos Restaurantes Universitários, direcionando o recurso do PNAES,
161 prioritariamente aos estudantes em vulnerabilidade socioeconômica. g) Garantia de participação dos
162 estudantes na construção e avaliação das políticas de assistência estudantil, como no CoACE. h)
163 Reabertura de inscrições, melhoria na comunicação e na gestão com as IFES, divulgação semestral
164 do quantitativo de bolsas concedidas da Bolsa Permanência – MEC; esse programa está fragilizado
165 desde o ano passado e há um contingente de estudantes indígenas e quilombolas, que ingressaram
166 em Universidades Federais do Brasil todo, com o direito a receber a bolsa, mas o MEC não tem
167 aberto o sistema para novos cadastros e não dá uma sinalização concreta de que vai abrir; têm sido
168 constantes as manifestações dos/as estudantes indígenas e quilombolas cobrando o MEC que abra o
169 sistema para novos cadastros, além de reuniões com o MEC para que atenda essa demanda, pois o
170 não atendimento dessa demanda coloca em risco a permanência desses estudantes, prejudicando
171 ainda mais a política de democratização do acesso ao ensino superior; hoje na UFSCar são cerca de
172 160 estudantes que têm direito a essa bolsa e não estão recebendo e cerca de 6.000 estudantes em
173 todas as Universidades Federais, segundo levantamento do FONAPRACE. i) Reforçar junto a
174 ANDIFES a continuidade e garantia das bolsas aos estudantes da pós-graduação, com os devidos
175 reajustes, pois os cortes têm afetado as bolsas dos estudantes matriculados em programas de
176 mestrado e doutorado, o que também impacta na permanência estudantil, sendo que para agravar a
177 situação a verba do PNAES não pode ser investida para a permanência de estudantes da pós-
178 graduação. j) Recursos orçamentários para assistência estudantil para estudantes matriculados nas
179 modalidades EaD, que também não podem ser atendidos por verba PNAES mesmo que em situação
180 de vulnerabilidade. k) Avançar nas discussões sobre o Fundo Patrimonial nas IFES e a captação de
181 recursos externos. l) Retorno das atividades esportivas, de forma segura, para garantir a saúde física
182 e mental dos estudantes. m) Garantia de EPs. n) Indicar a discussão sobre a obrigatoriedade da
183 vacinação de estudantes e demais membros da comunidade universitária para atividades
184 presenciais/híbridas; há entendimentos jurídicos de que não se pode exigir a vacinação, sendo
185 necessário trabalhar essas questões para que não se coloque em risco a saúde do coletivo. Sr.
186 Djalma informou que a Reunião do FONAPRACE Nacional irá ocorrer dias 25 e 26 de novembro
187 de 2021 e que os temas que serão debatidos serão: Assistência estudantil e retorno seguro às aulas
188 (protocolos de segurança, saúde, residências e RU's), Assistência estudantil e inclusão digital,
189 Políticas de promoção da diversidade nas Universidades, 10 anos da lei de cotas, Projeto de lei do
190 PNAES, Orçamento do PNAES 2022. Sr. Djalma propôs que essas informações fossem levadas
191 para todos os espaços para serem dialogadas, para que fossem levantadas ideias, sugestões e críticas
192 para serem compiladas na reunião do CoACE do dia 16 de novembro e levadas como proposta da
193 UFSCar para o FONAPRACE Nacional, para ser apresentado o que a Universidade tem debatido;
194 propôs também a realização de reuniões abertas, chamadas pela ProACE, para apresentar os
195 maiores desafios para a política nacional de assistência estudantil e ouvir sobretudo os(as)
196 estudantes. Sr. Djalma informou que a próxima reunião do FONAPRACE Sudeste será em abril de
197 2022 e que a UFSCar foi convidada para sediar o encontro. Não havendo manifestações, ficou
198 acordado o debate e a realização de reuniões abertas para apresentação dos pontos citados e o
199 levantamento de sugestões para serem levadas ao FONAPRACE Nacional; o compilado dessas
200 reuniões será apresentado na próxima reunião do CoACE no dia 16 de novembro e após o

201 FONAPRACE Nacional será trazida na reunião do CoACE de 14 de dezembro uma devolutiva das
202 discussões. Assim, a reunião foi encerrada com os agradecimentos do presidente e dos membros.
203 Eu, LUANA DOMINGUES PEREIRA, na qualidade de secretária, lavrei a presente ata.

204 Membros presentes na reunião:

205 Sr. Djalma Ribeiro Junior
206 Sra. Gisele Aparecida Zutin Castelani
207 Prof. Dr. Marcio Luis Lanfredi Viola
208 Prof. Dr. Marcio Peron Franco de Godoy
209 Prof. Dr. Eduardo Pinto e Silva
210 Profa. Dra. Alice Miguel de Paula Peres
211 Profa. Dra. Cali Laguna Achon
212 Prof. Dr. Robson Barcellos
213 Profa. Dra. Tathiane Milaré
214 Prof. Dr. Marcos Gonçalves Lhano
215 Profa. Dra. Eliane Pintor de Arruda
216 Profa. Dra. Adriana de Oliveira Delgado Silva
217 Sra. Afra Vital Matos Dias Gabriel
218 Gabriel Moutinho Fernandes da Silva
219 Gustavo Garcia da Costa